

***Concessionária do Aeroporto
Internacional de Guarulhos S.A.***

*Demonstrações Financeiras referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e
Relatório dos auditores independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade operacional da Companhia

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$1.165.422 mil e patrimônio líquido negativo de R\$228.519 mil, causados, principalmente, pelo elevado endividamento, em especial o passivo com a concessão de serviço público no montante total de R\$12.864.843 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.090	232.110
Contas a receber	6	214.290	208.618
Estoques		16.598	16.042
Impostos a recuperar	7a	42.569	19.015
Despesas antecipadas		3.956	5.258
Outros adiantamentos		<u>3.018</u>	<u>4.499</u>
Total do ativo circulante		<u>325.521</u>	<u>485.542</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	5	57.455	45.745
Impostos a recuperar	7a	443.221	117.683
Partes relacionadas	8	17.713	17.713
Depósitos judiciais	15	1.758	417
Imobilizado	9	13.320	18.044
Intangível	10	<u>15.665.393</u>	<u>15.799.553</u>
Total do ativo não circulante		<u>16.198.860</u>	<u>15.999.155</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>16.524.381</u>	<u>16.484.697</u>

(continua)

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		74.828	72.218
Empréstimos e financiamentos	11	9.896	8.071
Debêntures	12	14.859	43.929
Impostos a recolher	7d	10.832	10.995
Obrigações com empregados e administradores	13	32.996	30.722
Concessão de serviço público	14	1.216.367	1.178.361
Partes relacionadas	8	35.506	22.216
Receita diferida	16	6.142	5.000
Outros		<u>89.517</u>	<u>52.484</u>
Total do passivo circulante		<u>1.490.943</u>	<u>1.423.996</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.677.074	2.472.382
Debêntures	12	676.771	591.338
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7b	209.814	159.378
Concessão de serviço público	14	11.648.476	10.861.467
Provisão para riscos	15	5.446	2.906
Receita diferida	16	<u>44.376</u>	<u>38.333</u>
Total do passivo não circulante		<u>15.261.957</u>	<u>14.125.804</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17a	1.424.559	1.215.559
Prejuízos acumulados		<u>(1.653.078)</u>	<u>(280.662)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>(228.519)</u>	<u>934.897</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>16.524.381</u>	<u>16.484.697</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		1.624.756	1.576.274
Receita de construção		<u>324.309</u>	<u>1.381.189</u>
Receita operacional líquida	18	<u>1.949.065</u>	<u>2.957.463</u>
Custo dos serviços prestados	19	(1.244.362)	(1.094.833)
Custo de construção	19	<u>(315.200)</u>	<u>(1.342.394)</u>
Lucro bruto		389.503	520.236
Despesas gerais e administrativas	19	(179.628)	(205.487)
Outras despesas liquidas		<u>(6.705)</u>	<u>(522)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		203.170	314.227
Receitas financeiras	20	64.791	54.215
Despesas financeiras	20	<u>(1.589.941)</u>	<u>(665.242)</u>
Resultado antes dos impostos		(1.321.980)	(296.800)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7c	<u>(50.436)</u>	<u>(99.501)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.372.416)</u>	<u>(396.301)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - em Reais R\$	26	(1,070)	(0,329)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo do exercício	(1.372.416)	(396.301)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente no exercício	<u>(1.372.416)</u>	<u>(396.301)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2015	17a	1.215.559	(280.662)	934.897
Aporte de capital	17a	209.000	-	209.000
Prejuízo do exercício		-	(1.372.416)	(1.372.416)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	17a	<u>1.424.559</u>	<u>(1.653.078)</u>	<u>(228.519)</u>

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2014	17a	1.215.559	5.782	82.393	-	1.303.734
Reversão de dividendos propostos		-	-	27.464	-	27.464
Prejuízo do exercício		-	-	-	(396.301)	(396.301)
Absorção do prejuízo		-	(5.782)	(109.857)	115.639	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	17a	<u>1.215.559</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(280.662)</u>	<u>934.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(1.321.980)	(296.800)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	19	689.872	585.500
Margem de construção	18 e 19	(9.109)	(38.795)
Prejuízo na baixa de imobilizado		-	18
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		9.741	3.409
Provisão para riscos		2.540	2.906
Apropriação de receita diferida		(6.094)	(5.000)
Variações monetárias e encargos, líquidos		1.571.239	656.084
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(15.413)	(61.874)
Estoques		(556)	(200)
Adiantamentos a fornecedores		1.481	202
Impostos a recuperar		22.098	(82.913)
Depósitos judiciais		(1.341)	(268)
Despesas antecipadas		1.302	212
Partes Relacionadas		-	217
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(4.775)	(47.636)
Partes relacionadas		13.289	4.495
Obrigações com empregados e administradores		2.274	4.213
Impostos a recolher		(163)	(11.535)
Outras obrigações e contas a pagar		37.034	4.593
Outorga variável	14	183.541	185.177
Pagamento outorga variável	14	(185.177)	(143.801)
Receita diferida		13.279	-
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		<u>1.003.082</u>	<u>758.092</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(1.401)	(42.125)
Aquisição de intangível		(264.397)	(1.206.907)
Aquisição de imobilizado		<u>(4.653)</u>	<u>(10.188)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(270.451)</u>	<u>(1.259.220)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social		209.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos	11	507.981	1.124.342
Pagamento de empréstimos		(314.000)	(484.960)
Juros pagos	11 e 12	(306.333)	(186.259)
Emissão de debêntures	12	-	590.549
Pagamento outorga fixa	14	<u>(1.016.299)</u>	<u>(933.288)</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		<u>(919.651)</u>	<u>110.384</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/12/2014</u>
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		(187.020)	(390.744)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		232.110	622.854
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		45.090	232.110
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		(187.020)	(390.744)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas		<u>2.182.103</u>	<u>3.208.230</u>
Prestação de serviços e cessão de espaço	18	1.856.103	1.763.760
Receita de construção		335.741	1.447.879
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.741)	(3.409)
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(864.899)</u>	<u>(1.840.080)</u>
Custos dos serviços prestados		(423.774)	(432.735)
Custo de construção	19	(315.200)	(1.342.394)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(125.925)	(64.951)
Valor adicionado bruto		<u>1.317.204</u>	<u>1.368.150</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	19	(689.872)	(585.500)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>627.332</u>	<u>782.650</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	<u>64.791</u>	<u>54.215</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>692.123</u>	<u>836.865</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>692.123</u>	<u>836.865</u>
Pessoal e encargos	19	<u>171.045</u>	<u>179.727</u>
Remuneração direta		124.583	127.377
Benefícios		37.020	41.493
FGTS		9.229	10.009
Outros		213	848
Impostos, taxas e contribuições		<u>292.121</u>	<u>314.487</u>
Federais		291.039	296.579
Municipais		1.082	17.908
Remuneração do capital de terceiros - juros/alugueis		<u>1.601.373</u>	<u>738.952</u>
Juros		375.231	259.883
Atualização outorga	14	1.217.749	472.050
Outros		8.393	7.019
Remuneração de capital próprio		<u>(1.372.416)</u>	<u>(396.301)</u>
Prejuízo do exercício		(1.372.416)	(396.301)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR (“Grupar”), uma controlada do grupo Invepar, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO com 49%, constituída em 8 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 11 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descritos na nota explicativa nº 14.

Pelos próximos 17 anos, a Concessionária receberá investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

Em 31 de dezembro de 2015, a Concessionária apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$1.165.422 (R\$938.454 em 31 de dezembro de 2014).

Frente às obrigações da Concessionária, o capital circulante líquido pode permanecer negativo por alguns períodos do ano, principalmente pelo reconhecimento da parcela anual da Outorga Fixa a pagar que tem natureza de curto prazo. Esse comportamento do capital circulante líquido é característico do negócio e tende a encontrar o equilíbrio em função da realização de seus resultados operacionais nos meses que seguem após o pagamento da obrigação de curto prazo, além do alcance da maturidade do negócio.

A administração da Concessionária têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e na melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da Concessionária.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)). Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 24.

2.3. Apresentação das demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária.

A Administração da Concessionária autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 24 de março de 2016.

2.4. Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A Concessionária contabiliza receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado na demonstração de resultado.

A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A Concessionária definiu o Real (R\$) como sua moeda funcional.

2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber.

2.8. Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente e direitos de uso de software, ativos relacionados à infraestrutura sendo registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. Benefícios a empregados

A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos lucros, dentre outros. E é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2015 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquota</u>		
		<u>Receitas tarifárias</u>	<u>Receitas não tarifárias</u>	<u>Receitas financeiras</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%	4,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	-	-

Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou a alíquota do ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5% a partir de Abril de 2015. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Concessionária adota o regime da não cumulatividade.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.18. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Concessionária não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.19. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.20. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

2.21. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

A Concessionária não adotou as IFRSs novas e revisadas, já emitidas, a seguir:

- a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:
 - Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola.
 - Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
 - Modificações à IFRS 11 - Contabilização para aquisições de Participações em Operações em Conjunto.
 - Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicação da Isenção para Consolidação.

- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Margem de venda de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*.
 - Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.
 - IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas - determina a contabilização de saldos de contas regulatórias diferidas referente ao mercado em que a tarifa é regulada.
- b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2016:
- IFRS 5 - Ativos Disponíveis para Venda em Operações Descontinuadas - introduz tópicos específicos em relação à contabilização de ativos mantidos para venda e a apresentação e divulgação de operações descontinuadas.
 - IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (com alterações refletidas na IFRS 1) - fornece orientação adicional para esclarecer se um contrato de prestação de serviços de manutenção é considerado continuidade do envolvimento em um ativo transferido para a finalidade das divulgações exigidas em relação aos ativos transferidos.
 - IAS 19 - Benefício a empregados - esclarece que a taxa de desconto usada nas obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada por referência aos rendimentos de títulos corporativos de alta qualidade no final do período.
 - IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias - as alterações esclarecem as exigências relativas à informação requerida pelo parágrafo 16ª da IAS 34, que é apresentado em outros lugares dentro do relatório financeiro intermediário, mas fora das demonstrações financeiras intermediárias.
- c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
 - IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) - estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
- d) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:
- IFRS 16 - *Leasing* - estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Concessionária não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IAS 16 (alteração no método de depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis), que podem modificar a mensuração dos intangíveis.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, a ser implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária.
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços.
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA (fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA.

O Contrato de Concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado por até 5 anos, sendo a concessão outorgada pela Agencia Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$16.213.000 com parcelas anuais de R\$810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa.

A Concessionária também se comprometeu a realizar contribuição variável anual que corresponde ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

A Concessionária possui como remuneração as receitas tarifárias (tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia) e receitas não tarifárias (cessão de espaço, courier), inerentes à exploração dos espaços comerciais.

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

A Concessionária e seu Acionista Privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	4.997	6.274
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	<u>40.093</u>	<u>225.836</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>45.090</u>	<u>232.110</u>

As aplicações financeiras são representadas por operações compromissadas lastreadas em debêntures e CDB, com remuneração média de 101,32% do CDI (101,46% do CDI em dezembro de 2014), investimento de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fundos de investimentos - não circulante (a)	<u>57.455</u>	<u>45.745</u>
Saldo de aplicações financeiras	<u>57.455</u>	<u>45.745</u>

(a) Títulos para negociação

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 98,92% do CDI (99,09% do CDI em 31 de dezembro de 2014) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da conta reserva, cumprir com as obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves e passageiros	97.600	92.822
Armazenagem e capatazia	<u>7.992</u>	<u>7.128</u>
	105.592	99.950
Contas a receber não tarifárias		
Cessão de espaço	117.824	124.885
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	<u>(9.126)</u>	<u>(16.217)</u>
Total	<u>214.290</u>	<u>208.618</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total de contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 de dezembro de 2015	214.290	(9.126)	182.345	12.926	7.647	1.471	5.133	1.095	1.004	11.795
	Total de contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 de dezembro de 2014	208.618	(16.217)	174.786	13.004	1.748	15.538	1.702	1.421	653	15.983

Em 31 de dezembro de 2015 a provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$9.126 (R\$16.217 em 31 de dezembro de 2014), onde 83% desse total representam títulos vencidos há mais de 180 dias.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo no início do exercício	(16.217)	(12.808)
Adições	(14.536)	(26.730)
Reversões	4.795	23.321
Baixas	<u>16.832</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(9.126)</u>	<u>(16.217)</u>

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRRF	16.159	13.634
PIS e COFINS	26.369	5.360
ISS	<u>41</u>	<u>21</u>
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>42.569</u>	<u>19.015</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>443.221</u>	<u>117.683</u>

Os impostos a recuperar são decorrentes, principalmente, de crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos e insumos além do IRRF sobre aplicações financeiras.

Durante o exercício de 2015, a Companhia, suportada por seus consultores e assessores legais realizou estudo acerca da legislação das contribuições para o PIS e a COFINS e concluiu que determinados investimentos realizados no ativo intangível são passíveis de creditamento das citadas contribuições. Como consequência, foi transferido o valor de R\$369.107 do ativo intangível para a conta de impostos a recuperar.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	688.029	688.029
Diferenças temporárias - provisões indedutíveis	18.041	22.360
Outorga fiscal (*)	(878.864)	(833.716)
Margem de construção(*)	<u>(37.020)</u>	<u>(36.051)</u>
	<u>(209.814)</u>	<u>(159.378)</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados em quotas fixas mensais, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

A Concessionária não constituiu o montante de R\$499.776 em 31 de dezembro de 2015 (R\$200.390 em 31 de dezembro de 2014) de Imposto de renda e Contribuição Social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2015, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$700.166.

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2020	17.759
2021	51.870
2022	86.917
2023 a 2025	<u>549.524</u>
Saldo de imposto diferido ativo	<u>706.070</u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer dentre os próximos 10 anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(1.321.980)	(296.800)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	449.473	100.912
Ajustes efetuados		
Diferenças permanentes	(133)	(23)
Imposto de renda e contribuição social não constituídos	<u>(499.776)</u>	<u>(200.390)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(50.436)</u>	<u>(99.501)</u>

d) Impostos a recolher

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
PIS e COFINS	879	1.428
ISS	4.004	1.654
ISS terceiros	1.156	1.213
IRRF	2.102	2.356
INSS sobre terceiros	1.695	2.374
PIS, COFINS e Contribuição social - PCC	<u>996</u>	<u>1.970</u>
Total Circulante	<u>10.832</u>	<u>10.995</u>

Legislação geral

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Concessionária optou por adotar a Lei 12.973/14 a partir de janeiro de 2015.

Os principais impactos da adoção à Lei 12.973/14 foram:

- Alteração do critério de aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS, que passaram a ser utilizados à medida da amortização do intangível;
- Unificação das taxas de amortização contábil e fiscal pela curva de PAX; e
- A extinção do RTT.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2015		Resultado
			Ativo não circulante	Passivo circulante	
Infraero (i)	Repasso de receita/custo	Acionista direto	17.713	24.909	-
ACSA	Prestação de serviços de consultoria	Acionista indireto	-	9.619	11.329
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521	-
METRORIO (ii)	Folha de pagamento de funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	457	-
Construtora OAS S.A.(*)	Prestação de serviços de construção	Participante indireto	17.713	35.506	11.329
			-	-	103.126

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2014		Resultado
			Ativo não circulante	Passivo circulante	
Infraero (i)	Repassse de receita/custo	Acionista direto	17.713	21.238	(3.263)
GRUPAR	ND reembolso despesas de auditoria	Acionista direto	-	-	(10.673)
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521	-
METRORIO (ii)	Folha de pagamento de funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	457	-
			17.713	22.216	(13.936)
Construtora OAS S.A.(iii)(*)	Adiantamento para serviços de construção	Participante indireto	40.875	-	-
Construtora OAS S.A.(*)	Prestação de serviços de construção	Participante indireto	-	-	580.433

(*) Os valores referentes a Construtora OAS S.A. (acionista da Invepar) estão representados na rubrica de fornecedores quando dos saldos no passivo e na rubrica de intangível quando no ativo pelos adiantamentos efetuados e das medições contabilizadas por prestações de serviços de construção.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Concessionária pagou à OAS o montante de R\$70.035 (R\$550.791 no período findo em 31 de dezembro de 2014) pela prestação de serviços de construção.

Em 26 de março de 2015, a Concessionária pagou à ACSA (Airport Company South Africa) o montante de R\$6.918 referente a serviço de consultoria técnica (R\$10.673 em dezembro de 2014 referente ao contrato de prestação de serviços relacionados a gastos com funcionários).

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária possui valores a repassar de receitas e custos pertencentes a INFRAERO, provenientes da operação do terminal de cargas que realizaram suas entradas no período anterior a 15 de novembro de 2012 as quais foram recebidas pela Concessionária.
- (ii) Os passivos com as coligadas CART e Metro Rio são valores referentes a gastos com funcionários cedidos a Concessionária.
- (iii) Em agosto de 2012, a Concessionária celebrou com a Construtora OAS contrato de execução de obras civis em regime de empreitada e preço global, cujo prazo é de 46 meses.

Em setembro de 2012, a Concessionária adiantou à Construtora OAS o montante de R\$104.459 referentes aos serviços de mobilização para o projeto de construção, modernização e ampliação conforme contrato firmado entre as partes, a ser amortizado em 46 parcelas iguais de R\$2.271.

O preço acordado entre as partes foi de R\$2.132.278, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços. Em 8 de agosto de 2014 houve um aditivo contratual devido à necessidade de adequação das áreas ao projeto executivo no valor de R\$210.917, totalizando R\$2.343.195.

A contratação da parte relacionada OAS foi aprovada em reunião da administração realizada em 21 de agosto de 2012.

Em virtude da antecipação das entregas das obras em 17 de novembro de 2015 foi amortizado o montante de R\$20.438 referente ao saldo das parcelas do adiantamento realizado em setembro de 2012. O contrato está em fase de encerramento, sem pleito identificado.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o exercício foi a seguinte:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	5.145	6.244
Bônus	2.475	3.792
Outros benefícios	206	367
Encargos	<u>1.610</u>	<u>1.276</u>
Total da remuneração	<u>9.436</u>	<u>11.679</u>

A remuneração da administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$1.318 (R\$2.996 em dezembro de 2014). A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015 para o exercício de 2015 é de R\$11.300, não incluindo os encargos previdenciários incidentes.

9. IMOBILIZADO

<u>Movimentação do período</u>	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	5%	907	333	-	1.240
Máquinas e equipamentos	10%	11.820	1.306	(6.913)	6.213
Móveis e utensílios	10%	2.988	53	(454)	2.587
Veículos	20%	1.075	1.036	-	2.111
Equipamentos de informática	20%	<u>6.632</u>	<u>1.925</u>	<u>(121)</u>	<u>8.436</u>
Total		<u>23.422</u>	<u>4.653</u>	<u>(7.488)</u>	<u>20.587</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Instalações		(25)	(65)	-	(90)
Máquinas e equipamentos		(2.643)	(1.345)	1.783	(2.205)
Móveis e utensílios		(507)	(430)	72	(865)
Veículos		(168)	(339)	15	(492)
Equipamentos de informática		<u>(2.035)</u>	<u>(1.580)</u>	<u>-</u>	<u>(3.615)</u>
Total		<u>(5.378)</u>	<u>(3.759)</u>	<u>1.870</u>	<u>(7.267)</u>
		<u>18.044</u>	<u>894</u>	<u>(5.618)</u>	<u>13.320</u>

<u>Movimentação do período</u>	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2014
<u>Custo</u>						
Instalações	5%	237	670	-	-	907
Máquinas e equipamentos	10%	6.446	5.077	(16)	313	11.820
Móveis e utensílios	10%	1.048	1.940	-	-	2.988
Veículos	20%	114	961	-	-	1.075
Equipamentos de informática	20%	5.405	1.540	-	(313)	6.632
Importação de bens		<u>8</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>13.258</u>	<u>10.188</u>	<u>(24)</u>	<u>-</u>	<u>23.422</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Instalações		(8)	(17)	-	-	(25)
Máquinas e equipamentos		(858)	(1.791)	6	-	(2.643)
Móveis e utensílios		(189)	(318)	-	-	(507)
Veículos		(29)	(139)	-	-	(168)
Equipamentos de informática		<u>(873)</u>	<u>(1.162)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.035)</u>
Total		<u>(1.957)</u>	<u>(3.427)</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>(5.378)</u>
		<u>11.301</u>	<u>6.761</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>18.044</u>

As baixas no exercício no montante de R\$5.618 referem-se à reclassificações do imobilizado para o intangível por se tratarem de bens vinculados à operação.

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

<u>Movimentação do período</u>	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2015
<u>Custo</u>						
Software e sistemas	20%	33.157	11.494	-	(277)	44.374
Direito de concessão - Investimento	(a)	3.173.167	62.490	(97)	562.756	3.798.316
Direito de concessão - Outorga fixa	(a)	13.133.127	625.201	(267.515)	-	13.490.813
Em andamento		477.902	221.466	(103.578)	(519.311)	76.479
Adiantamento a fornecedores		<u>41.069</u>	<u>2.491</u>	<u>-</u>	<u>(43.168)</u>	<u>392</u>
Total		<u>16.858.422</u>	<u>923.142</u>	<u>(371.190)</u>	<u>-</u>	<u>17.410.374</u>
<u>Amortização</u>						
Software		(2.978)	(4.956)	-	-	(7.934)
Direito de concessão - Investimento	(a)	(93.575)	(155.480)	-	-	(249.055)
Direito de concessão - Outorga fixa	(a)	<u>(962.316)</u>	<u>(561.054)</u>	<u>35.378</u>	<u>-</u>	<u>(1.487.992)</u>
Total		<u>(1.058.869)</u>	<u>(721.490)</u>	<u>35.378</u>	<u>-</u>	<u>(1.744.981)</u>
Intangível líquido		<u>15.799.553</u>	<u>201.652</u>	<u>(335.812)</u>	<u>-</u>	<u>15.665.393</u>

a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros.

<u>Movimentação do período</u>	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2014
<u>Custo</u>					
Software e sistemas	20%	7.344	25.813	-	33.157
Direito de concessão - Investimento		253.334	214.531	2.705.302	3.173.167
Direito de concessão - Outorga fixa	(a)	12.571.628	561.499	-	13.133.127
Em andamento	(a)	2.104.214	998.641	(2.624.953)	477.902
Adiantamento a fornecedores		<u>121.418</u>	<u>-</u>	<u>(80.349)</u>	<u>41.069</u>
Total		<u>15.057.938</u>	<u>1.800.484</u>	<u>-</u>	<u>16.858.422</u>
<u>Amortização</u>					
Software		(1.292)	(1.686)	-	(2.978)
Direito de concessão - Outorga fixa	(a)	(469.049)	(493.267)	-	(962.316)
Direito de concessão - Investimento	(a)	<u>(6.455)</u>	<u>(87.120)</u>	<u>-</u>	<u>(93.575)</u>
Total		<u>(476.796)</u>	<u>(582.073)</u>	<u>-</u>	<u>(1.058.869)</u>
Intangível líquido		<u>14.581.143</u>	<u>1.218.411</u>	<u>-</u>	<u>15.799.553</u>

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na nota explicativa nº 14.

As adições no exercício referem-se, em sua maioria, às obras em andamento relacionadas à construção civil.

As baixas do exercício referem-se a reclassificação de créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de bens contabilizados pelo valor bruto para a rubrica de Impostos a Recuperar no total de R\$369.107, mais detalhes estão descritos na nota explicativa nº 7 e a reclassificações do intangível para o imobilizado por se tratarem de bens não vinculados à operação no total de R\$2.083.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram capitalizados R\$625.201 de atualização monetária da outorga fixa (R\$561.499 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) e R\$11.432 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$66.690 no período findo em 31 de dezembro de 2014) no ativo intangível.

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2015 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2014	Captação	Juros/Encargos		Pagamento principal	Saldo final 31/12/2015
							Incorridos	Pagos(*)		
BNDES	Finem	dez/27	TJLP	2,88%	1.735.791	136.044	157.859	(150.084)	-	1.879.610
BNDES	Finem	dez/27	TJLP	-	302	976	67	(60)	-	1.285
Banco do Brasil	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	148.871	11.661	14.245	(13.563)	-	161.214
Bradesco	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	148.871	11.661	14.245	(13.563)	-	161.214
Itaú	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	148.871	11.661	14.245	(13.563)	-	161.214
HSBC	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	148.871	11.661	14.245	(13.563)	-	161.214
Caixa Econômica Federal	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	148.871	11.661	14.245	(13.563)	-	161.214
Banco do Brasil	Nota Promissória	out/15	CDI	108% do CDI	-	40.000	3.083	(3.083)	(40.000)	-
Votorantim	Nota Promissória	out/15	CDI	108% do CDI	-	60.000	4.624	(4.624)	(60.000)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	nov/15	CDI	108% do CDI	-	36.000	3.240	(3.240)	(36.000)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	nov/15	CDI	108% do CDI	-	64.000	5.760	(5.760)	(64.000)	-
Votorantim	Nota Promissória	dez/15	CDI	108% do CDI	-	38.000	3.917	(3.917)	(38.000)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	dez/15	CDI	108% do CDI	-	76.000	7.835	(7.835)	(76.000)	-
Itaú	Comissão fiança	indeterminado**	INPC	2,90%	5	-	21	(21)	-	5
Itaú	Comissão fiança	Set/15	-	1,90%	-	-	665	(665)	-	-
Total					<u>2.480.453</u>	<u>509.325</u>	<u>258.296</u>	<u>(247.104)</u>	<u>(314.000)</u>	<u>2.686.970</u>
Parcela do circulante										<u>9.896</u>
Parcela do não circulante										<u>2.677.074</u>

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(**) Vinculado ao fim do processo judicial.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos	Saldo inicial	Captação	Pagamento	Juros/Encargos		Saldo final
				Anuais (spread)	31/12/2013			Incorridos	Juros pagos	31/12/2014
BNDES	Finem	dez/27	TJLP	2,88%	1.284.074	447.357	-	116.005	(111.644)	1.735.791
BNDES	Finem	dez/27	TJLP	-	-	300	-	2	-	302
Banco do Brasil	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
Bradesco	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
Itaú	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
HSBC	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
Caixa Econômica Federal	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
Itaú	Conta Garantida	ago/14	CDI	3,48%	-	34.960	(34.960)	713	(713)	-
Votorantim	Conta Garantida	nov/14	CDI	2,43%	-	150.000	(150.000)	6.328	(6.328)	-
Bradesco	Nota Promissória	nov/14	CDI	108% do CDI	-	100.000	(100.000)	5.653	(5.653)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	nov/14	CDI	108% do CDI	-	100.000	(100.000)	5.653	(5.653)	-
HSBC	Nota Promissória	nov/14	CDI	108% do CDI	-	100.000	(100.000)	5.653	(5.653)	-
Itaú	Carta Fiança	Jul/14			-	-	-	5	-	5
Total					<u>1.834.569</u>	<u>1.124.342</u>	<u>(484.960)</u>	<u>192.762</u>	<u>(186.259)</u>	<u>2.480.453</u>
Parcela do circulante										8.071
Parcela do não circulante										<u>2.472.382</u>

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$11.432 (R\$66.690 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2017	127.476
2018	254.958
2019	254.960
2020	254.960
2021 em diante	<u>1.784.720</u>
	<u>2.677.074</u>

Notas Promissórias

Em 30 de abril de 2015, a Concessionária realizou a 2ª emissão de Notas Promissórias Comerciais. Foram emitidas 157 Notas Promissórias no valor nominal unitário de R\$2.000, totalizando R\$314.000 em 3 séries e remuneração anual de 108% do CDI.

A amortização das Notas Promissórias juntamente com os pagamentos de juros ocorreram em 3 parcelas sendo realizadas em 30 de outubro, 30 de novembro e 29 de dezembro de 2015, no montante de R\$100.000 e juros de R\$7.707, R\$100.000 e juros de R\$9.000 e R\$114.000 e juros de R\$11.752 respectivamente.

Fiança

Em 1º de julho de 2014 a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos - SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os empréstimos e financiamentos, são garantidos através do penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão, penhor dos direitos de administração de conta corrente e penhor de ações dos acionistas (Infraero e Grupar).

Além das garantias apresentadas, a Concessionária possui um contrato de suporte de acionistas (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável.

Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas em 2019 e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

12. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal, que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª serie</u>	<u>2ª serie</u>	<u>3ª serie</u>	<u>4ª serie</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das Notas Promissórias emitidas em 7 de maio de 2014, conforme nota explicativa nº 11.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal, que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Data</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

<u>Objeto</u>	<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>Encargos anuais (spread)</u>	<u>Saldo inicial 31/12/2014</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Custo de emissão</u>	<u>Saldo final 31/12/2015</u>
Bradesco	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	112.640	20.846	(13.063)	-	120.423
Banco do Brasil	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	112.640	20.846	(13.063)	-	120.423
HSBC	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	112.640	20.846	(13.063)	-	120.423
Bradesco	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	102.266	17.779	(6.680)	-	113.365
Banco do Brasil	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	102.266	17.779	(6.680)	-	113.365
HSBC	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	102.266	17.779	(6.680)	-	113.365
Custo com emissão					<u>(9.451)</u>	-	-	<u>(283)</u>	<u>(9.734)</u>
Total					<u>635.267</u>	<u>115.875</u>	<u>(59.229)</u>	<u>(283)</u>	<u>691.630</u>

Parcela do circulante	14.859
Parcela do não circulante	676.771

<u>Objeto</u>	<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>Encargos anuais (spread)</u>	<u>Saldo inicial 31/12/2013</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Custo de emissão</u>	<u>Saldo final 31/12/2014</u>
Bradesco	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	-	100.000	12.640	-	112.640
Banco do Brasil	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	-	100.000	12.640	-	112.640
HSBC	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	-	100.000	12.640	-	112.640
Bradesco	Debênture	Out/26	IPCA	6,40%	-	100.000	2.266	-	102.266
Banco do Brasil	Debênture	Out/26	IPCA	6,40%	-	100.000	2.266	-	102.266
HSBC	Debênture	Out/26	IPCA	6,40%	-	100.000	2.266	-	102.266
Custo com emissão					-	-	-	<u>(9.451)</u>	<u>(9.451)</u>
Total					-	<u>600.000</u>	<u>44.718</u>	<u>(9.451)</u>	<u>635.267</u>

Parcela do circulante	43.929
Parcela do não circulante	591.338

Em 31 de dezembro de 2015, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$9.734 (R\$9.451 em 31 de dezembro de 2014).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2017	34.279
2018	34.279
2019	54.844
2020	68.556
2021 em diante	<u>484.813</u>
	<u>676.771</u>

Até 31 de dezembro de 2015 a Concessionária realizou pagamento de juros no montante total de R\$59.229 sendo, R\$6.867 referentes à remuneração da 1ª série da 1ª emissão de debêntures, R\$8.736 referentes à remuneração da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, R\$10.731 referentes à remuneração da 3ª série da 1ª emissão de debêntures, R\$12.856 referentes à remuneração da 4ª série da 1ª emissão de debêntures e R\$20.041 referentes à remuneração da 1ª série da 2ª emissão de debêntures conforme cronograma de pagamentos.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

As debêntures têm como garantias o penhor da totalidade das ações de seus acionistas (Infraero e Grupar), a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com o financiamento do BNDES, além do Suporte de Acionistas (*Equity Support Agreement - ESA*). Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os *covenants* deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas em 2019 e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

13. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
INSS a recolher	2.852	3.026
FGTS a recolher	954	988
Férias e encargos sobre férias	14.407	14.409
Participações nos resultados a pagar	14.374	12.000
Outros	<u>409</u>	<u>299</u>
	<u>32.996</u>	<u>30.722</u>

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

<u>Objeto</u>	<u>Saldo inicial</u>		<u>Atualização resultado</u>	<u>Atualização intangível</u>	<u>Transferências não circulante para circulante</u>	<u>Saldo final</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>				<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2015</u>
Outorga variável	185.177	183.541	-	-	-	(185.177)	183.541
Outorga fixa	<u>993.184</u>	-	<u>103.938</u>	<u>50.016</u>	<u>901.987</u>	<u>(1.016.299)</u>	<u>1.032.826</u>
Circulante	<u>1.178.361</u>	<u>183.541</u>	<u>103.938</u>	<u>50.016</u>	<u>901.987</u>	<u>(1.201.476)</u>	<u>1.216.367</u>
Outorga fixa	<u>10.861.467</u>	-	<u>1.113.811</u>	<u>575.185</u>	<u>(901.987)</u>	-	<u>11.648.476</u>
Não circulante	<u>10.861.467</u>	-	<u>1.113.811</u>	<u>575.185</u>	<u>(901.987)</u>	-	<u>11.648.476</u>
Total	<u>12.039.828</u>	<u>183.541</u>	<u>1.217.749</u>	<u>625.201</u>	<u>-</u>	<u>(1.201.476)</u>	<u>12.864.843</u>

<u>Objeto</u>	<u>Saldo inicial</u>		<u>Atualização resultado</u>	<u>Atualização intangível</u>	<u>Transferências não circulante para circulante</u>	<u>Saldo final</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>				<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2014</u>
Outorga variável	143.913	185.065	-	-	-	(143.801)	185.177
Outorga fixa	<u>1.020.678</u>	-	<u>77.940</u>	<u>54.954</u>	<u>772.900</u>	<u>(933.288)</u>	<u>993.184</u>
Circulante	<u>1.164.591</u>	<u>185.065</u>	<u>77.940</u>	<u>54.954</u>	<u>772.900</u>	<u>(1.077.089)</u>	<u>1.178.361</u>
Outorga fixa	<u>10.733.712</u>	-	<u>394.110</u>	<u>506.545</u>	<u>(772.900)</u>	-	<u>10.861.467</u>
Não circulante	<u>10.733.712</u>	-	<u>394.110</u>	<u>506.545</u>	<u>(772.900)</u>	-	<u>10.861.467</u>
Total	<u>11.898.303</u>	<u>185.065</u>	<u>472.050</u>	<u>561.499</u>	<u>-</u>	<u>(1.077.089)</u>	<u>12.039.828</u>

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva dois meses antes, os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil).

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida da receita de construção. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

15. PROVISÃO PARA RISCOS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	<u>31/12/2014</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	2.843	883	(103)	1.701	5.324
Administrativos (b)	52	100	(50)	6	108
Cíveis (c)	<u>11</u>	<u>3</u>	<u>(1)</u>	<u>1</u>	<u>14</u>
Total	<u>2.906</u>	<u>986</u>	<u>(154)</u>	<u>1.708</u>	<u>5.446</u>

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).

b) Riscos administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas fiscalizadoras das atividades de infraestrutura aeroportuária, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo e são referentes à erros de balança de pesagem de *check in*, essas autuações foram lavradas pelo IPPEM / SP (INMETRO).

c) Riscos cíveis

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, em sua maioria, motivados por furto ou extravio de bagagem.

Riscos Possíveis - Valores não provisionados

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	2.044	2.594
Tributários (b)	<u>128.525</u>	<u>114.086</u>
Total	<u>130.569</u>	<u>116.680</u>

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).

b) Riscos tributários

Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e pela Secretaria da Receita Federal do Distrito Federal, de natureza tributária, relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto.

Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de dezembro de 2015, a Concessionária possuía R\$1.758 em depósitos recursais e judiciais (R\$417 em 31 de dezembro de 2014).

16. RECEITA DIFERIDA

A receita diferida é apropriada ao resultado pela fruição de prazo dos respectivos contratos com as lojas. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da receita diferida é de R\$50.518, sendo R\$6.142 no passivo circulante e R\$44.376 no passivo não circulante (R\$43.333, sendo R\$5.000 no passivo circulante e R\$38.333 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014), com apropriação mensal ao resultado de R\$845.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Concessionária em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.424.559 (em 31 de dezembro de 2014 era R\$1.215.559), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	<u>31/12/2015</u>		
	<u>Capital</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	726.525	752.301.292	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	<u>698.034</u>	<u>722.799.281</u>	<u>49</u>
Total	<u>1.424.559</u>	<u>1.475.100.573</u>	<u>100</u>
	<u>31/12/2014</u>		
	<u>Capital</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	619.935	613.872.757	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	<u>595.624</u>	<u>589.799.316</u>	<u>49</u>
Total	<u>1.215.559</u>	<u>1.203.672.073</u>	<u>100</u>

Em 8 de maio de 2015, a Concessionária realizou aumento de capital social no valor de R\$209.000, mediante a emissão de 271.428.500 novas ações ordinárias

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

18. RECEITAS

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária		
Receita de aeronaves e passageiros	592.392	575.620
Receita de armazenagem e capatazia	<u>325.641</u>	<u>277.465</u>
Total da receita operacional bruta tarifária	918.033	853.085
Cessão de espaço	937.920	891.495
Outros	<u>150</u>	<u>19.180</u>
Total da receita operacional bruta não tarifária	<u>938.070</u>	<u>910.675</u>
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	<u>1.856.103</u>	<u>1.763.760</u>
Deduções da receita bruta	<u>(231.347)</u>	<u>(187.486)</u>
PIS	(30.426)	(28.997)
COFINS	(140.363)	(133.560)
ISS*	(39.370)	(17.908)
Cancelamentos e devoluções	<u>(21.188)</u>	<u>(7.021)</u>
Receita líquidas de serviços e cessão de espaço	<u>1.624.756</u>	<u>1.576.274</u>
Receita de construção	324.309	1.381.189
Receita operacional líquida	<u>1.949.065</u>	<u>2.957.463</u>

(*) A partir de 1 de abril de 2015, foi alterada a alíquota de ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5%, conforme Lei Municipal nº 7.342/14 aprovada em 23 de dezembro de 2014.

19. CUSTOS E DESPESAS

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal e encargos	171.045	179.727
Conservação e manutenção	116.575	106.141
Seguros e garantias	6.129	5.906
Serviços de terceiros	5.700	7.070
Veículos	1.251	856
Consultoria e assessoria	28.154	14.365
Aluguéis e impostos	5.965	1.933
Energia elétrica	65.013	29.759
Contingências	2.547	3.481
PCLD	9.741	3.409
Outorga variável*	183.541	185.177
Depreciação e amortização	689.872	585.499
Custo de construção	315.200	1.342.394
Outros	<u>145.162</u>	<u>177.521</u>
Total	<u>1.745.895</u>	<u>2.643.238</u>

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo dos serviços prestados	1.244.362	1.094.835
Despesas gerais e administrativas	179.628	205.487
Outras receitas e despesas operacionais	6.705	522
Custo de construção	<u>315.200</u>	<u>1.342.394</u>
	<u>1.745.895</u>	<u>2.643.238</u>

(*) Detalhes dos valores da Outorga Variável estão descritos na nota explicativa nº 14.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	52.747	45.696
Variação monetária	-	4.883
Outras receitas financeiras (*)	<u>12.044</u>	<u>3.636</u>
Total	<u>64.791</u>	<u>54.215</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(1.217.749)	(472.050)
Juros sobre debêntures	(115.877)	(44.718)
Juros sobre empréstimos	(247.104)	(142.934)
Comissões e despesas bancárias	(2.639)	(3.488)
Outros	<u>(6.572)</u>	<u>(2.052)</u>
Total	<u>(1.589.941)</u>	<u>(665.242)</u>
Total resultado financeiro	<u>(1.525.150)</u>	<u>(611.027)</u>

(*) Outras receitas financeiras referentes à multa e juros sobre valores recebidos em atraso e atualização de créditos tributários.

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

Em 31 de dezembro de 2015, os clientes Dufry e TAM representavam mais de 10% do faturamento da Concessionária.

22. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

A Concessionária contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de avaliação atuarial do Plano CV de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. A contratada realizou avaliação atuarial, para sua adoção inicial.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
1. Obrigação de benefício definido	1.117	1.036
2. Valor justo do ativo do plano	<u>1.403</u>	<u>1.855</u>
3. Situação financeira do plano	(286)	(819)
4. Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	<u>286</u>	<u>819</u>
5. Passivo / (Ativo) líquido	-	-

Principais premissas atuariais

Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido

1. Taxa nominal de desconto	13,03%	12,04%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	7,61%	7,61%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,50%	5,50%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	0,00%	0,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 basic	AT-2000 basic

Estatísticas dos participantes

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
1. Data base do cadastro		
2. Ativos e Autopatrocínados		
a. Quantidade	140	155
b. Folha anual dos salários de participação	10.372	9.018
c. Salário de participação médio anual	74	58
d. Idade Média (anos)	41,27	39,80
e. Tempo de serviço médio (anos)	15,21	1,40

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 31 de dezembro de 2015, o plano encontra-se superavitário, conforme última avaliação atuarial, a Concessionária não reconheceu o Ativo Atuarial Líquido em suas demonstrações financeiras.

23. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2015, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos moveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto).

Modalidade (*)	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	500.000	11/04/2013	30/06/2016	Itaú Seguros S.A.
Riscos operacionais	1.600.000	24/05/2015	24/05/2016	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	500.000	24/05/2015	24/05/2016	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	581.450	03/01/2015	04/06/2016	BTG Pactual / Austral
Riscos de engenharia, obras civis em construção/instalação montagem	1.170.000	26/03/2013	30/06/2017	Zurich Seguradora S.A.
Seguro de equipamentos móveis	3.300	21/03/2015	24/05/2016	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida - bombeiros	52.793	24/05/2015	24/05/2016	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	500.000	08/08/2015	08/08/2016	Tokio Marine Seguradora

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do Grupo Invepar, com vigência de set/15 a set/16 com limite máximo de garantia de R\$100.000

(*) Não é parte do escopo dos auditores independentes a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Concessionária.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures, notas promissórias e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros	31/12/2015	
	Valor justo	Custo Amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	45.090	-
Aplicações financeiras	57.455	-
Contas a receber	-	214.290
Partes Relacionadas	-	17.713
Total do ativo	<u>102.545</u>	<u>232.003</u>
Passivos		
Fornecedores	-	88.118
Partes relacionadas	-	22.216
Empréstimos e financiamentos	-	2.686.970
Debêntures	-	701.364
Concessão de serviço público	-	12.864.843
Total do passivo	<u>-</u>	<u>16.363.511</u>

Instrumentos financeiros	31/12/2014	
	Valor Justo	Custo Amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	232.110	-
Aplicações financeiras	45.745	-
Contas a receber	-	208.618
Partes Relacionadas	-	17.713
Total do ativo	<u>277.855</u>	<u>226.331</u>
Passivos		
Fornecedores	-	72.218
Partes relacionadas	-	22.216
Empréstimos e financiamentos	-	2.480.453
Debêntures	-	644.718
Concessão de serviço público	-	12.039.828
Total do passivo	<u>-</u>	<u>15.259.433</u>

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Caixa e equivalentes de caixa	45.090	45.090	-	-
Aplicações financeiras	<u>57.455</u>	-	<u>57.455</u>	-
Total	<u>102.545</u>	<u>45.090</u>	<u>57.455</u>	-
<u>Mensurados a valor justo - Passivos financeiros</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Empréstimos e financiamentos	2.686.970	-	2.686.970	-
Debêntures	658.284	-	658.284	-
Concessão de serviço público	<u>12.864.843</u>	-	-	<u>12.864.843</u>
Total	<u>16.210.097</u>	-	<u>3.345.254</u>	<u>12.864.843</u>
<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Caixa e equivalentes de caixa	232.110	232.110	-	-
Aplicações financeiras	<u>45.745</u>	-	<u>45.745</u>	-
Total	<u>277.855</u>	<u>232.110</u>	<u>45.745</u>	-
<u>Mensurados a valor justo - Passivos financeiros</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Empréstimos e financiamentos	2.480.453	-	2.480.453	-
Debêntures	655.450	-	655.450	-
Concessão de serviço público	<u>12.039.828</u>	-	-	<u>12.039.828</u>
Total	<u>15.164.999</u>	-	<u>3.135.903</u>	<u>12.039.828</u>

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos tem seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures em 31 de dezembro de 2015 apresentam valor de mercado R\$658.284 (R\$655.450 em 31 de dezembro de 2014).

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

As operações da Concessionária estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 6.

c) Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

O quadro a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Superior a 5 anos</u>	<u>Total 31/12/2015</u>
Fornecedores	74.828	-	-	-	74.828
Empréstimos e financiamentos	240.281	684.451	745.416	2.904.512	4.574.660
Debêntures	50.563	107.306	105.191	175.458	438.518
Concessão de serviço público	<u>1.059.357</u>	<u>2.324.451</u>	<u>2.571.930</u>	<u>22.022.843</u>	<u>27.978.581</u>
Total	<u>1.438.319</u>	<u>3.116.208</u>	<u>3.422.537</u>	<u>25.102.813</u>	<u>33.079.877</u>

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Superior a 5 anos</u>	<u>Total 31/12/2014</u>
Fornecedores	72.218	-	-	-	72.218
Empréstimos e financiamentos	244.316	601.240	860.130	4.377.639	6.083.325
Debêntures	42.780	199.247	337.553	907.777	1.487.357
Concessão de serviço público	<u>993.184</u>	<u>2.168.263</u>	<u>2.433.301</u>	<u>23.296.546</u>	<u>28.891.294</u>
Total	<u>1.352.498</u>	<u>2.968.750</u>	<u>3.630.984</u>	<u>28.581.962</u>	<u>36.534.194</u>

d) Análise de sensibilidade na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

<u>Operação</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Risco/ indexador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Caixa e equivalentes de caixa	40.093	CDI (% ao ano)	5.565	4.174	2.782
Aplicações financeiras	57.455	CDI (% ao ano)	7.975	5.981	3.987
<u>Referência para ativos financeiros</u>			<u>Provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
CDI (% ao ano)			13,88%	10,41%	6,94%

Passivo financeiro

Operação	31/12/2015	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos	2.686.970	TJLP (% ao ano)	194.805	243.507	292.208
Debêntures	701.364	IPCA (% ao ano)	55.935	67.419	80.902
Concessão de serviço público	12.864.843	IPCA (% ao ano)	989.306	1.236.633	1.483.960
<u>Referência para passivos financeiros</u>			<u>Provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
TJLP (% ao ano)			7,25%	9,06%	10,88%
IPCA (% ao ano)			7,69%	9,61%	11,54%
CDI (% ao ano)			13,88%	17,35%	20,82%

25. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	11.432	66.690
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	625.201	561.499
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (Fornecedores)	7.385	14.700
Transferência de PIS e COFINS para Impostos a recuperar	369.107	-

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Concessionária	(1.372.416)	(396.301)
Denominador (em milhares de ações)	<u>1.283.151</u>	<u>1.203.672</u>
Média ponderada por número de ações		
Resultado básico e diluído por ação - em Reais	<u>(1,070)</u>	<u>(0,329)</u>

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 26 de fevereiro de 2016, Gustavo Soares Figueiredo assumiu a presidência da Concessionária;

Em 15 de março de 2015, a Concessionária realizou o pagamento de juros trimestrais das debêntures no valor de R\$6.996.
